

O ZERO do Cruesp continua do mesmo tamanho

Só a nossa mobilização pode mudar esse quadro!

*Todos às assembleias para aprovar o indicativo de greve
por tempo indeterminado*

Na terceira negociação com o Cruesp, realizada no dia 25 de maio, a intransigência dos reitores manteve-se do mesmo tamanho: 0,75% de reajuste em maio. Eles se limitaram a alterar levemente a outra parte da proposta: dependendo da arrecadação do ICMS até setembro/2006, haveria mais 1,79% de reajuste, a serem pagos em outubro, o que completaria o índice FIPE de inflação de maio/2005 a abril/2006 (2,55%). Para que o 1,79% seja retroativo a maio, será preciso que a arrecadação do ICMS do estado atinja R\$ 40,6 bilhões (descontada a habitação). Ou seja, praticamente NADA mudou!

No dia 25, a mobilização foi grande na Unesp. Os servidores pararam em 11 campi e tiveram uma boa participação no ato realizado na USP, em São Paulo. Agora, é hora de ampliar a nossa reação.

Assembleias até quarta, dia 31, para aprovar a greve

Reunido logo após a negociação, o Fórum das Seis está indicando que todas as unidades façam assembleias até o dia 31 de maio, quarta-feira, para avaliar e decidir sobre o indicativo de greve por tempo indeterminado. O Fórum também indica que a quinta-feira, dia 1º de junho, seja um dia de atividades de mobilização e discussão, em cada unidade, sobre a importância da luta por reajuste salarial digno e por recursos adequados para a educação pública na LDO.

Na quinta, dia 1º de junho, às 14h30, haverá nova negociação com os reitores. Na sequência, o Fórum voltará a se reunir para avaliar os resultados das assembleias e definir a data da greve, caso essa seja a decisão da maioria.

Não falte à assembleia na sua unidade! É hora de engrossar a luta! Vamos aprovar o indicativo de greve e mostrar ao Cruesp que não estamos mais dispostos a permitir que a universidade e a eleitoreira expansão de vagas sejam bancadas com o arrocho sobre nossos salários!

A luta por mais verbas na LDO

Tão importante quanto a luta salarial – até porque tem relação direta com ela – é a luta por mais verbas para a educação pública em São Paulo. Por isso, em paralelo com a questão salarial, devemos nos ocupar da luta na Assembleia Legislativa, defendendo 33% da receita fiscal para a educação em geral, 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza. É essa luta que pode garantir recursos adequados para as universidades, expansão com qualidade, política de permanência estudantil etc.